



Câmara Municipal de Planura

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Sacramento, 111, Centro - Planura-MG CEP: 38220-000 Tel.: (34) 3427-2101
www.planura.mg.leg.br camara@planura.mg.leg.br

PORTARIA Nº 24, de 22 de dezembro de 2023.

Dispõe sobre a regulamentação do inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente sobre Plano de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Câmara Municipal de Planura.

O Presidente da Câmara Municipal de Planura, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II do art. 30 da Constituição Federal, o art. 41 da Lei Orgânica Municipal, o art. 71 do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **RESOLVE**:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e Âmbito de Aplicação

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a produção, as diretrizes e as regras específicas do Plano de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Câmara Municipal de Planura, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei federal nº 14.133/21.

Definições

Art. 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

- I -** Plano de Contratações Anual (PCA): documento que consolida as demandas que a Câmara Municipal de Planura planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;
- II -** requisitante: agente ou unidade responsável por identificar necessidades e requerer ao setor competente a contratação de bens, serviços e obras;
- III -** setor de contratações: unidade responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações no âmbito do órgão ou entidade;
- IV -** autoridade competente: agente público formalmente indicado, com poderes de autorização da abertura de licitações e contratações no âmbito do órgão ou da entidade, e responsável pela aprovação do PCA no âmbito da Câmara Municipal de Planura.



Câmara Municipal de Planura

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Sacramento, 111, Centro - Planura-MG CEP: 38220-000 Tel.: (34) 3427-2101
www.planura.mg.leg.br camara@planura.mg.leg.br

CAPÍTULO II DO FUNDAMENTO

Objetivos

Art. 3º O PCA será elaborado com o objetivo de organizar as contratações, bem como garantir o uso racional dos recursos públicos, o alinhamento estratégico e orçamentário do órgão ou entidade, além de:

- I -** obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e a redução de custos processuais;
- II -** informar as intenções detalhadas de aquisição ao mercado fornecedor;
- III -** subsidiar o planejamento das leis orçamentárias;
- IV -** evitar o fracionamento de despesas.

CAPÍTULO III DA ELABORAÇÃO DO PCA

Art. 4º Ressalvado o disposto no art. 13 desta Portaria, os setores requisitantes deverão elaborar até o dia 31 de maio o seu PCA, que deverá contemplar as contratações previstas para o próximo exercício financeiro.

§ 1º O PCA deverá contemplar as compras, os serviços e as obras, inclusive as contratações diretas, a serem realizados no ano subsequente.

§ 2º Ficam dispensadas de indicação no PCA:

- I -** as contratações emergenciais e decorrentes de situação calamitosa, nos termos do inciso VIII do caput do art. 75 da Lei federal nº 14.133/21;
- II -** as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei federal nº 14.133/21.

Art. 5º A indicação de que trata o caput do art. 4º deverá ser acompanhada das seguintes informações:

- I -** a identificação do requisitante;
- II -** objeto que será contratado, acompanhado de sua descrição sucinta;
- III -** quantidade a ser contratada, considerada a expectativa de consumo anual;
- IV -** justificativa para a contratação;



Câmara Municipal de Planura

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Sacramento, 111, Centro - Planura-MG CEP: 38220-000 Tel.: (34) 3427-2101
www.planura.mg.leg.br camara@planura.mg.leg.br

V - alinhamento com o planejamento estratégico, quando houver;

VI - estimativa sumária, realizada por meio de procedimento simplificado, do valor da contratação;

VII - a data provável da contratação;

VIII - a existência ou não de vinculação ou dependência em relação a outra contratação;

IX - o grau de prioridade da compra ou contratação.

Parágrafo único. O procedimento simplificado a que se refere o inciso VI deste artigo não se confunde com a pesquisa de preços prevista no art. 23 da Lei federal nº 14.133/21, podendo a estimativa sumária adotar os seus parâmetros, quando for o caso, sem os mesmos rigores metodológicos.

CAPÍTULO IV CONSOLIDAÇÃO DO PCA

Art. 6º O setor de contratações deverá analisar as demandas encaminhadas pelos órgãos requisitantes e consolidá-las em documento único, enviando até o dia 15 de junho à autoridade competente para fins de aprovação ou redimensionamento.

§ 1º Antes de finalizar a consolidação, o setor de contratações poderá dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo, solicitar informações ou sugerir correções no plano enviado pelos setores requisitantes.

§ 2º Sempre que possível, o setor de contratações irá organizar em conjunto os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza, com vistas à unificação do processo de contratação e à economia de escala.

§ 3º O PCA servirá de base para o planejamento do calendário de contratação, o qual levará em consideração o grau de prioridade da demanda, a data estimada para o início da contratação, a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como evitar sazonalidades de épocas do ano em que bens e serviços sejam usualmente mais dispendiosos.

Art. 7º Caberá à autoridade competente ao receber o PCA:

I - determinar correções, alterações, acréscimos e exclusões, indicando os ajustes necessários;

II - aprovar o PCA;

III - encaminhar o PCA para a publicação no sítio eletrônico do órgão.



Câmara Municipal de Planura

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Sacramento, 111, Centro - Planura-MG CEP: 38220-000 Tel.: (34) 3427-2101
www.planura.mg.leg.br camara@planura.mg.leg.br

Parágrafo único. A aprovação do plano pela autoridade competente ocorrerá até o dia 30 de junho por meio de ato administrativo fundamentado.

Art. 8º O prazo para a publicação do plano no sítio eletrônico será de 15 (quinze) dias a contar da sua aprovação.

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO DO PCA

Art. 9º Antes de dar início ao processo de licitação ou de contratação direta, o setor de responsável deverá analisar se a demanda encaminhada tem previsão no PCA.

Parágrafo único. As demandas não constantes no PCA somente poderão ser processadas após aprovação da autoridade competente, seguida da consequente revisão e publicação do novo plano no sítio eletrônico do órgão.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIA

Art. 10. Os prazos estabelecidos nesta Portaria constarão no calendário oficial do órgão e poderão ser alterados por meio de ato publicado pela autoridade competente, visando ao alinhamento com as datas de planejamento orçamentário.

Art. 11. Todos os documentos referentes ao processo de elaboração, aprovação e execução do PCA serão padronizados e disponibilizados aos requisitantes.

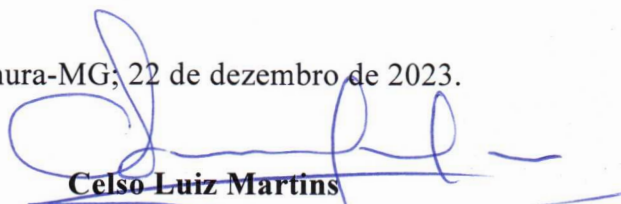
Art. 12. A realização do PCA não afasta o dever de elaboração do estudo técnico preliminar, termo de referência, projeto básico e anteprojeto nas contratações realizadas pela Câmara Municipal de Planura.

Art. 13. O PCA das contratações do exercício financeiro de 2024 será excepcionalmente processado e publicado no site oficial da Câmara até 29 de dezembro de 2023.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Planura, com o suporte do setor jurídico, se for o caso, por meio de decisão fundamentada na legislação vigente sobre o tema.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Planura-MG, 22 de dezembro de 2023.


Celso Luiz Martins
Presidente
Biênio 2023-2024